

Empreiteira foi beneficiada

A CPI do Orçamento descobriu que pouco menos da metade do valor da construção do novo prédio do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, avaliado em US\$ 210 milhões, foi liberada através de emendas do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), beneficiando a empreiteira OAS. A informação foi dada pelo deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG), integrante da Subcomissão de Emendas Orçamentárias.

Miranda disse que há indícios de quebra do decoro parlamentar porque, segundo o depoimento da ex-mulher de Manoel Moreira, Marinalva Soares, a OAS pagava viagens do deputado. O deputado, que foi subrelator do Poder Judiciário e Ministério Público na Comissão do Orçamento, conseguiu a aprovação de emendas que liberaram em média US\$ 30 milhões por ano para a construção do prédio do STJ, entre 90 e 93. Em 90, foram US\$ 27 milhões; em 91, US\$ 36 milhões; e em 92, US\$ 37 milhões, totalizando US\$ 100 milhões.

A Subcomissão de Emendas constatou também que são do deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) as emendas que liberaram recursos para três obras da Eletrobrás, a pedido da empreiteira Tratex, da qual o parlamentar foi um dos diretores no início da década de 80. A PF vai pedir uma auditoria em todos os projetos com verbas federais que estão vinculados às denúncias de corrupção na Comissão de Orçamento.